

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 15

# *Rituais e Cerimónias*



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1993

## PARA A HISTÓRIA DO RITUAL MAÇÓNICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

(1820-1869)

De 1820 a 1869 praticaram-se na Maçonaria portuguesa seis ritos diferentes: o Rito Francês, o Rito Simbólico Regular, o Rito Escocês Antigo e Aceite, o Rito de Heredom, o Rito Eclético Lusitano e o Rito de Adopção. Diga-se desde já que o primeiro e o terceiro predominaram, a grande distância, sobre os quatro outros.

A Constituição maçónica de 1806 adoptara o Rito Francês como oficial e único no seio do Grande Oriente Lusitano (1). Enquanto nesta Obediência se esgotaram os trabalhos maçónicos portugueses, o Rito Francês manteve a sua exclusividade. E mesmo depois, quando já os maçons portugueses se achavam divididos em facções numerosas, o Rito Francês continuou a prevalecer.

O Rito Simbólico Regular parece ter sido utilizado na loja de exilados instalada em Inglaterra durante o reinado de D. Miguel. Depois, esteve morto ou moribundo durante quase todo o período em estudo. Há notícias de uma única oficina a praticá-lo, a loja *24 de Agosto*, criada antes de 1843 na obediência da Maçonaria do Norte e, em seguida, da sua sucessora Confederação Maçónica. Esta loja já não existia em 1867.

O Rito Escocês Antigo e Aceite foi introduzido em Portugal

(\*) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

(1) A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, vol. I, *Das Origens ao Triunfo*, Lisboa, Presença, 1989, p. 214.

em 1837, ao nível dos três primeiros graus. Deveu-se à Grande Loja de Dublin (Irlanda), que instalou em Lisboa, nesse ano, a loja *Regeneração I* (2). No conjunto dos 33 graus, o Rito Escocês surgiu três anos mais tarde, sob a chefia de Silva Carvalho e da loja *Fortaleza*, que constituíram o chamado Grande Oriente do Rito Escocês, conseguindo, em 1841, autorização para erigir um Supremo Conselho. Neste mesmo ano de 1841, o Grande Oriente Lusitano introduziu o Rito em algumas das suas lojas, criando, pouco depois, um segundo Supremo Conselho. O Rito Escocês Antigo e Aceite penetrou ainda no Grande Oriente de Portugal (1849), na Confederação Maçónica Portuguesa (após 1849), no segundo Grande Oriente Lusitano (1859) e, evidentemente, no Grande Oriente Português (1867). Apesar da manutenção e consolidação do Rito Francês foi, sem sombra de dúvida, o Rito com maior dinamismo e força expansiva nos meados do século XIX, registando aumentos contínuos e consistentes no número de lojas que agrupava.

O Rito de Heredom ou Rito de Perfeição foi o antepassado do Rito Escocês Antigo e Aceite e não passa de uma variante sua. Pelo menos na década de 1840 confundia-se com o Rito Escocês, coexistindo, em diplomas, as duas terminologias (3). Tem 25 graus, com os mesmos títulos e características dos primeiros 25 graus do Rito Escocês, à excepção dos n.ºs. 20,21,23 e 24, onde se registam variações. Que se saiba, seguiu este Rito em Portugal uma única oficina, a loja *Fonseca Magalhães*, fundada em Lisboa talvez em 1858 ou 1859, na dependência directa do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite, presidido por Domingos Correia Arouca.

O Rito Eclético Lusitano deveu-se a Miguel António Dias e parece ter sido, até hoje, a única tentativa de constituir um rito próprio e exclusivo dos maçons portugueses. Aquele autor esforçara-se, desde 1838, por reformar toda a Maçonaria portuguesa, adoptando como rito as práticas básicas do Rito Francês, embora revisto e adaptado a

(2) O Supremo Conselho do Grau 33 para a Irlanda foi fundado em 1824, por carta patente recebida do Supremo Conselho de Charleston (Fred L. Pick e G. Norman Knight, *The Pocket History of Freemasonry*, 8ª ed., Londres, Muller, 1991, p. 239).

(3) Assim por exemplo, o diploma de 8/6/1845, atestando *urbi et orbi* a qualidade de Mestre Maçon a João José Guedes, obreiro da loja portuense, *Fraternidade* (Grande Oriente do Rito Escocês), estava encimado pela legenda "SUB/. RIT/. DE HEREDON". À margem, o selo da loja dizia: "R. L. ESCOC/. FRATERNIDADE" (Arquivo pessoal de João José Alves Dias).

Portugal. Neste sentido redigiu umas "Bases Gerais" em seis capítulos e 34 artigos, que publicou na sua *Architectura Mystica do Rito Francez ou Moderno* (1843) <sup>(4)</sup> e depois, novamente (1853), nos *Annaes e Código dos Pedreiros Livres em Portugal* agora com lei orgânica e regulamento apensos <sup>(5)</sup>. Neste mesmo ano, Miguel António Dias conseguiu controlar uma série de oficinas, levando-as a aceitar o novo rito e a sua presidência de um governo provisório coordenador. Para elas redigiu, em 1857, o *Código e Ritual da Maçonaria Ecléctica*. Em 1859 instalou-se formalmente o Grande Oriente da Maçonaria Ecléctica Lusitana, com cinco lojas, sendo três em Lisboa (*Regeneração 20 de Abril, Firmeza, e Fraternidade*), uma em Setúbal (*Firmeza*) e uma em Torres Novas (*Torre Queimada*). A nova Obediência conseguiu ainda elaborar a sua Constituição (28 de Setembro de 1860), mas não parece ter durado muito para além dessa data. Algumas das oficinas abateram colunas e outras integraram-se no Grande Oriente de Portugal e na Confederação Maçónica Portuguesa, não sabemos se mantendo o Rito Ecléctico Lusitano, se voltando ao Rito Francês.

O Rito de Adopção, destinado exclusivamente a mulheres, surgiu e manteve-se como ponte entre uma maçonaria estritamente masculina e arrogando-se de ortodoxa, e uma maçonaria aberta a ambos os sexos. Assim, cada loja deste rito era fundada e patrocinada ("adoptada") por uma loja regular masculina, que nela superintendia e a controlava. Para não se criar, nas lojas femininas, a ilusão de igualdade com as masculinas, através de práticas que fossem idênticas em ambas, forjou-se um rito diferente — embora com alguns elementos comuns —, o chamado Rito de Adopção. Este Rito, na variante com cinco graus, foi introduzido em Portugal em 1864, com a loja feminina *Direito e Razão*, aparentemente subordinada à Confederação Maçónica Portuguesa. Mas achava-se definido e teorizado, com rituais em português, desde havia muito.

#### 1. O Rito Francês ou Moderno

A Constituição maçónica de 1821 só reconhecia os sete graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre (graus simbólicos), Eleito Secreto, Grande Eleito Escocês, Cavaleiro do Oriente e Cavaleiro Rosa-Cruz

(4) Pp. 276-286.

(5) Pp. 77-106.

(graus misteriosos ou sublimes). Mais tolerante, porém, do que a sua antecessora de 1806, permitia "que debaixo dos auspícios do seu Grande Oriente trabalhem lojas de qualquer rito maçónico" (cap. IX, art. 118<sup>o</sup>). Por outras palavras, continuava a privilegiar o Rito Francês ou Moderno embora aceitasse, dentro do esquema 3 + 4, outros ritos existentes (6).

Durante muitos anos, os maçons portugueses não dispuseram de rituais completos, impressos, do Rito Francês. Regiam-se por traduções manuscritas de textos franceses e, eventualmente, pelo *Regulador Maçónico* de 1808 e pelo *Catecismo Maçónico* de 1814 (7) — que não iam além dos graus simbólicos — excluindo, sem dúvida, por falhos de confiança, os excertos de rituais e catecismos publicados em obras antimaçónicas (8). Foi neste contexto que se difundiram nos meios maçónicos, em começos de 1823, umas *Instruções* manuscritas, hoje perdidas, destinadas ao trabalho nos altos graus (9).

Em 1834, estabilizada a Maçonaria em Portugal com a vitória definitiva dos Liberais, saiu dos prelos a primeira grande obra ritualista devida a um autor português, incluindo história, rituais vários, catecismos, descrição dos templos, bases regulamentares para lojas e Obediências, etc. Foi seu autor um maçom conceituado e ilustrado, o médico Miguel António Dias, que vivera anos no estrangeiro e contactara extensamente com as oficinas, práticas e textos

(6) Na *Architectura Mystica* (Prologo, p. [I]), Miguel António Dias afirma que o "Gr. Or. Lusit., pela Const. Maç. de 5822 (aliás, 5821), mandou seguir nas LL. de sua dependência o Rito Maç. Moder.", o que não é, portanto, rigorosamente exacto.

(7) A H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, vol. I, pp. 266-271.

(8) Por exemplo, na *Atalaia contra os Pedreiros-Livres* (?1817), n' *O Véio Levantado* (1822), na *Analyse de todos os Catecismos-Maçónicos* (1822) ou no *Catecismo dos Pedreiros-Livres* (1822).

(9) "Instruções / dos/ A. G. Ao rito moderno segundo o O., de F ./ Seguido no de L./ Com a Historia Instrução, e Lithurgia relati /va a cada G./, construção, e decoração / dos diferentes Cl., e para m.<sup>tos</sup> / de seus M./". Destinavam-se aparentemente a ser impressas, visto o manuscrito indicar ainda: "Lisboa/ Na Régia Typographia Silviana./ 1823./". Este manuscrito existia, nos começos do século XX, na biblioteca do Grémio Lusitano, tendo sido reproduzida a sua folha de rosto no *Anuario do Gr. Or. Lusitano Unido Supr. Cons/, da Maç. Portuguesa, 1906*, Lisboa, 1907, pp. 8-9.

das Maçonarias belga, francesa, inglesa e espanhola <sup>(10)</sup>. O seu tratado, publicado originariamente em 4 volumes e limitado aos ritos francês e de adopção, alargou-se depois a 6, com a inclusão do Rito Escocês Antigo e Aceite <sup>(n)</sup>. Conheceu sucessivas edições <sup>(12)</sup> e foi ainda completado por uma outra obra <sup>(13)</sup> que o mesmo autor — descontente com a produção da primeira, cujas provas não vira — julgou necessária para a correcção de "erros e faltas imperdoáveis". Embora inspirada num dos mais famosos manuais franceses do tempo, o de François-Etienne Bazot <sup>(14)</sup>, a *Bibliotheca Maçónica* surgiu com um plano diferente, bem mais harmonioso e útil, sabendo instruir sem enfadar, apreendendo a essência das questões e utilizando uma linguagem simples, embora apropriada e elegante.

O volume I da *Bibliotheca Maçónica* começava por um ensaio histórico sobre a Maçonaria universal em quase 60 páginas. Remontava-se, segundo as crenças do tempo, aos mistérios iniciáticos da Antiguidade, continuando-se depois até aos inícios do século XIX. Definia-se Maçonaria como "escola de Filosofia onde, por meio de símbolos e hieróglifos, o homem se toma bom pai, bom amigo e bom patriota". Seguia-se uma tábua cronológica sobre a introdução da Maçonaria nos diversos Estados do globo, onde figurava Portugal, com a data de 1733. O autor descrevia depois o ritual dos mistérios do Egipto, da Grécia e de outras regiões e épocas, reentrando em aspectos de história geral maçónica e aduzindo novos elementos definidores de Maçonaria, nomeadamente o seu combate à ambição, ao fanatismo e à superstição, considerados os "três inimigos implacáveis da Ordem e do género humano". Expunha em seguida algumas bases gerais de natureza filosófica e regulamentar, extraídas

<sup>(10)</sup> Sobre Miguel António Dias, cf. A.H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Delta, 1986, colunas 471-472.

<sup>(n)</sup> *Bibliotheca Maçónica ou Instrucção Completa do Franc-maçom*, por "hum Cav.\ Rosa-Cruz", [1- ed.], Paris, J. P. Aillaud, 1834; *idem*, Paris, J.P. Aillaud, 1840-42.

<sup>(12)</sup> 3ª edição, 6 volumes, 1864; 4ª edição, 6 volumes, 1874.

<sup>(13)</sup> *Architectura Mystica do Rito Francez ou Moderno*, s. 1., 5843 [1843], 340 pp.

<sup>(14)</sup> *Manuel du Franc-Maçom*, Paris, 1811. A partir da 6- edição (Paris-Rio de Janeiro, 1835), passou a comportar dois volumes. O Vocabulário do volume IV da *Bibliotheca Maçónica*, por exemplo, não passa de uma tradução para português do "Dictionnaire" existente no manual de Bazot (6- ed., vol. I, pp. 79-116).

de textos franceses (15). Dava notícia sumária dos principais ritos (simbólico; escocês; moderno ou francês; de Misraim ou egípcio; e de adopção), inseria um capítulo de comparação dos mistérios antigos com os modernos e um outro sobre a influência que o fenómeno iniciático exercera na civilização. E o volume terminava com uma série de práticas regulamentares relativas à Inglaterra — baseadas nas *Constituições* de Anderson — à França, à Bélgica e à Holanda, à vida de uma loja, ao comportamento em loja, à redacção da acta de constituição de uma oficina, à confecção do respectivo "quadro", ao pedido de instalação de loja simbólica e de capítulo, ao certificado de ser membro de uma oficina e, finalmente, ao modo de efectuar cerimónias fúnebres a irmãos falecidos. Adornavam o volume duas gravuras, reproduzindo a primeira os passos dos três graus e o modelo de um selo de loja, e a segunda uma reconstituição do ritual de iniciação egípcio.

No volume II continham-se, relativos ao Rito Francês: a decoração do templo nos três graus simbólicos; o ritual de recepção de um profano em grau de Aprendiz; o ritual de loja no mesmo grau; o catecismo do 1º grau; o ritual de banquete; o ritual de loja em grau de Companheiro; o ritual de recepção de um Aprendiz em grau de Companheiro; o catecismo do 2º grau; o ritual de loja em grau de Mestre; o ritual de recepção de um Companheiro em grau de Mestre e o catecismo do 3º grau. Adornavam o volume quatro gravuras, reproduzindo: a primeira, os aventais de Aprendiz, Companheiro e Mestre e a banda de Mestre; a segunda, o Pannel do 1º grau; a terceira, o Pannel do 2º grau; e a quarta, o Pannel do 3º grau.

O volume III era inteiramente consagrado aos altos graus do Rito Francês. Para cada um deles descreviam-se o templo e as insígnias respectivos, com os correspondentes rituais de sessão, recepção e banquete, os catecismos e os modelos de discursos de Orador. Ilustravam o tomo sete estampas, representando, a primeira, a pedra cúbica do grau de Grande Escocês da Abóbada Sagrada, a segunda, o pannel do 4º grau, a terceira, a pedra cúbica do 5º grau, a quarta, o sonho de Ciro e o pannel do 6º grau, a quinta, o pannel do 7º grau

(15) Louis-Théodore-Henri, Barão de Tschoudy, *L'Etoile flamboyante ou la société des francs-maçons considérée sous tous les aspects*, 2 vols., s.l., 1764, 1766, 1812; [Charles Dupontès], *Encyclopédie maçonnique ou mémoires sur les sociétés secrètes*, Paris, 1821; *L'Abeille Maçonnique*, periódico maçónico, Paris, 1829-30, n.ºs. 1 a 111 (salientado o n.º 49, de 1830).

(primeira sala), a sexta, o painel do 7º grau (segunda sala) e a sétima, a jóia do mesmo grau.

No volume IV continha-se, em primeiro lugar, todo o ritual da Maçonaria de Adopção destinada às mulheres, com os respectivos estatutos e textos relativos aos graus 1 a 5. Numa segunda parte incluíam-se: discursos de orador vários, proferidos em lojas francesas por ocasião de iniciações nos graus 1 a 7, continuados por outros alusivos a temas diversos; comparação da Maçonaria com o mundo profano; interpretação da loja de banquete; e excelência dos mistérios maçónicos. O volume terminava com um "vocabulário das palavras, expressões e explicações maçónicas", de A a V. As duas únicas gravuras deste tomo exibiam, a primeira, os dois mais vulgares alfabetos maçónicos e a segunda, os hieróglifos de Rosa-Cruz e do Rito de Adopção.

Em 1844, os maçons do Rito Francês beneficiaram de um novo manual, devido também a Miguel António Dias ("Um Cav.. Roz.. Cruz.."). Foi o chamado *Manual do Franc-Maçon* (16). Em um volume apenas, extraía da *Bibliotheca Maçónica* — com aperfeiçoamentos, aditamentos e cortes julgados necessários — o essencial ao maçom daquele Rito, incluindo na íntegra os rituais e catecismos dos três graus simbólicos, os chamados cobridores dos sete graus, o ritual de banquete, modelos de correspondências e outros textos maçónicos básicos, indicações sobre a organização das lojas e da Obediência, calendário maçónico em uso e, no fim, o vocabulário maçónico de A a V. Relativo a outros ritos, o *Manual* limitava-se ao corredor dos graus simbólicos do Rito Escocês, em sete páginas somente.

Este *Manual* teve mais uma edição até 1869, continuando a ser usado pelo século XX dentro (17).

Para além deste labor devido a Miguel António Dias, a história ritualista portuguesa do Rito Francês limitou-se a dois cobridores (18) e aos catecismos dos sete graus, com textos substancialmente diferentes dos das obras daquele autor, publicados por iniciativa da Grande Dieta do Grande Oriente Lusitano em 1840-41 (19). O autor dos textos

(16) Lisboa, "Typographia Maçónica luzitana", 5844 [i. e., 1844], 387 pp.

(17) Lisboa, 1863.

(18) *O Cobridor Experto dos Sete Graos do Rito Francez ou Moderno*, s. 1., s. d. [1843]?, 72 X 105 mm, 32 pp.; *O Cobrid.: Maçon.; do Rit.: Mod.; ou Exposição resumida dos diversos Sign.: pelos quaes se reconhecem os Aug.: Inic.: da Maç. no Rit.: Franc.:*, s. L, s. d, 125 x 190 mm, 8 pp.

(19) *Catecismo de App.: Maç.: Primeiro Gráo Simbólico da Maçonaria*

dos graus superiores foi José Joaquim de Almeida Moura Coutinho (de nome simbólico *Licurgo*), ao tempo Grande Orador da Grande Dieta. Estes textos parece terem sido mais tarde preteridos a favor dos de Miguel António Dias, cujo vocabulário e conceitos se aproximam mais dos dos catecismos do século XX.

## 2. O Rito Simbólico Regular

A existência de um texto manuscrito de 1831 <sup>(20)</sup> contendo, segundo os cânones do Rito Simbólico Regular, o ritual de loja de Aprendiz, o catecismo do 1º grau, a recepção de um profano em grau de Aprendiz, a recepção de um Companheiro em grau de Mestre e o ritual de abertura e encerramento da Suprema Câmara, faz supor que esse rito terá sido usado pelos exilados políticos portugueses em Inglaterra. De facto, por sua iniciativa, foi instalada em Plymouth, em 1828, a loja *Fidelidade*, n- 14, teoricamente subordinada ao Grande Oriente Lusitano, então no exílio. Com trabalhos até cerca de 1831, é bem provável que essa loja adoptasse o rito geralmente utilizado pelos maçons ingleses, a quem convinha a todos os títulos agradar.

O manuscrito, claramente traduzido de uma versão francesa pelos constantes galicismos sintácticos e vocabulares que apresenta, foi posteriormente copiado, já no século XX e mesmo após a proclamação da República <sup>(21)</sup>, tendo-se perdido o texto original. Pelo seu interesse e antiguidade merece bem esta referência. \*<sup>19</sup>

*Luzitana*, Lisboa, Typographia do Gr... O.. L.. 5840 (1840), 20 pp.; *Cathecismo de Comp.. Maç.. Segundo Grao Simbólico da Maçonaria Luzitana*, Lisboa, Typographia do Gr .. O.. L., 5840 (1840), 19 pp.; *Cathecismo de Mest.. Maç.. Terceiro Gráo Simbólico da Maçonaria Luzitana*, Lisboa, Typographia do Gr.. O.. L., 5840 (1840), 19 pp.; *Cathecismo de Eleito Secreto Primeiro Grau Sublime e Quarto da Ord. da Maçon.*, Lisboa, Typographia do G.\ O.\*. L., 5841 (1841), 19 pp. (2- edição, Typographia do Gr.. Or.. de Port., 5851, 14 pp.); *Cathecismo do Gr.. Eleito Escocez Segundo Grau Sublime e Quinto da Ord.. da Maçon.*, Lisboa, Typographia do Gr.. O.. L., 5841 (1841), 16 pp. (2ª edição, *ibidem*, 5851,11 pp.); *Cathecismo do Cav.. do Or.. Terceiro Grau Sublime e Sexto da Ord.. da Maçon.*, Lisboa, Typographia do Gr.. O.. L., 5841 (1841), 18pp. (2ª edição, *ibidem*, 5851, 13 pp.); *Cathecismo do Cav.. R.. Cr.. Quarto Grau Sublime e Sétimo da Ord.. da Maçon.*, Lisboa, Typographia do Gr.. O.. L. , 5841 (1841), 14 pp. (2- edição, *ibidem*, 5851,10 pp.).

<sup>(20)</sup> Arquivo Oliveira Marques, "Cerimonias/ da/ Maçonaria Simbólica/ dos Antigos Maçons/ Livres e Aceites / de Portugal/ publicado sob os auspícios/ da/ Suprema Camara/ MDCCCXXXI/, cópia mss., 37 pp.

<sup>(21)</sup> Atenta a ortografia utilizada.

### 3. O Rito Escocês Antigo e Aceite

É de supor que os maçons da loja *Regeneração I* e das várias outras do mesmo nome que obedeceram à Grande Loja de Dublin e a quem se deve a introdução do Rito Escocês em Portugal se tenham servido de textos rituais manuscritos, traduzidos do inglês. Nenhum sobreviveu até hoje. Já os "escoceses" de 1840-41, tanto os que obedeciam a Silva Carvalho como os que lhe preferiram Costa Cabral, dispunham de bons textos impressos e em língua portuguesa. De facto, fora publicado no Brasil, em 1834, um *Guia dos Maçons Escoceses, ou Reguladores dos Três Graos Simbólicos*, em três partes separadas ou separáveis, destinadas, respectivamente, ao Venerável e ao 1- e 2º Vigilantes (22). Em cada uma delas se continham os rituais de Aprendiz, Companheiro e Mestre, com os textos relativos à "Abertura da Loja", "Recepção", "Oração", "Encerramento da L..", "Instrucção", "Loja de Mesa, ou de Banquete", etc. É natural que este *Guia* tenha sido o habitualmente usado em Portugal até às últimas décadas do século XIX, quando surgiram os primeiros rituais escoceses de lavra genuinamente nacional.

Paralelamente, imprimiram-se por conta e em função das duas principais Obediências "escocesas" textos descritivos que serviam de aditamentos esclarecedores ou complementares dos rituais mencionados. Foi assim que, em finais de 1841 ou começos de 1842, o Grande Oriente do Rito Escocês (facção Silva Carvalho) publicou um conjunto de folhas ou páginas volantes de 120 x 190 mm, uma para cada um dos graus 1 a 29, num total de 66 pp. Estas folhas não tinham outro título que não fosse o indicativo do respectivo grau. Para cada caso, com maior ou menor rigor e pormenor, indicavam a decoração do templo, os nomes dos dignitários, os sinais, o toque, a bateria, os passos, a idade, o tempo de trabalho, as insígnias e as palavras sagradas e de passe. Num trigésimo caderno, de 4 páginas, espécie de introdução, definia-se Maçonaria, resumiam-se os seus princípios e objecti vos, e indicavam-se os deveres e os direitos do maçon escocês. Num exemplar existente hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, acrescentam-se às paginas impressas

(22) *Guia dos Maçons Escoceses, ou Reguladores dos Tres Graos Symbolicos do Rito antigo e aceito, Primeira Parte, Venerável, Rio de Janeiro, 1834, 101 pp.; idem, Segunda Parte, T Vigilante, ibidem, 36 pp.; Terceira Parte, 2- Vigilante, ibidem, 32 pp.*

atrás indicadas mais 8 páginas manuscritas com um decreto regulamentar datado de Maio de 1842, 14 páginas, também manuscritas, com as descrições relativas aos graus 30 a 32, e 27 estampas coloridas, com a representação de todas as insígnias, do grau 1º ao grau 33º (23).

Também Miguel António Dias veio a dedicar ao Rito Escocês Antigo e Aceite, a partir da segunda edição da sua *Bibliotheca Maçónica*, dois tomos completos, que numerou com 5 e 6. No tomo V, tratou dos graus 1º a 18º, no tomo VI dos graus 19º a 33º. Porém, ao contrário do que fizera nos volumes anteriores, limitou-se a expor, em cada grau, a respectiva filosofia, as insígnias, a decoração dos templos, os sinais, os toques, as palavras, os passos, as baterias e outros elementos descritivos, omitindo os textos dos rituais em si. Quanto a ilustrações, o tomo V inseria apenas a do lado esquerdo da pedra cúbica, mas já o VI, além de apresentar a parte superior da mesma pedra, exibia os hieróglifos do grau 31, as insígnias do grau 27 e o painel do grau 28.

#### 4. O Rito de Heredom

Nada foi possível apurar acerca do ritual usado na única oficina que parece ter seguido este Rito. Trabalhou-se provavelmente segundo o Rito Escocês e de acordo com os seus textos, minimamente alterados quanto aos graus 20 a 24, se é que alguma vez estes se praticaram.

#### 5. O Rito Eclético Lusitano

Em 1843, ante a divisão da Maçonaria portuguesa, Miguel António Dias concebeu o audacioso projecto da sua reforma total, "reduzindo todos os ritos e todos os Orientes a um só rito e a um só Oriente" (24). Criou assim o Rito Eclético Lusitano, ou simplesmente Rito Lusitano, articulado em três classes e sete graus: 1ª classe

(23) *Figurinos Maçónicos Oitocentistas. Um "Guia" de 1840-41, apresentação, introdução e anotações de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1983, 79 pp.*

(24) *Architectura Mystica, p. 270.*

(Maçonaria Primária e Simbólica <sup>(25)</sup>), com os graus 1 (Aprendiz Consagrado), 2 (Companheiro) e 3 (Mestre), cujas alegorias eram, respectivamente, Deus, Trabalho, e Génio; 2ª classe (Maçonaria Mística e Templária) <sup>(26)</sup>, com os graus 4 (Cavaleiro Rosa-Cruz) e 5 (Cavaleiro Kados) e alegorias ligadas à Igualdade, e à Fraternidade; e 3ª classe (Maçonaria Lusitana), com os graus 6 (Eleito Português) e 7 (Grande Eleito Português) <sup>(27)</sup> e as alegorias da Liberdade e da União. As bases sobre as quais assentava o novo rito eram, quanto aos graus simbólicos, "a teogonia, artes e ciências dos povos primitivos", quanto aos graus místicos, "a doutrina e história do cristianismo" (grau 4) e "a doutrina e história dos Cavaleiros Templários" (grau 5) e, quanto aos graus lusitanos, "o processo de Gomes Freire de Andrade" (grau 6) e o "Sinédrio de Manuel Fernandes Tomás" (grau 7) <sup>(28)</sup>.

Assim, o Rito Lusitano, sem inovações no que respeitava aos graus simbólicos, fundia os ritos Francês e Escocês nos graus 4º e 5º, equiparando o primeiro ao grau de Rosa-Cruz e o segundo ao de Cavaleiro Kados, e criando dois superiores especificamente portugueses, o 6º e o 7º. Os graus 4º, 5º e 6º seriam atribuídos por uma Comissão Mística ou de Ritos, composta pelo Grão-Mestre e por seis representantes das lojas. A atribuição do grau 7º caberia apenas ao Grão-Mestre ou a um delegado seu <sup>(29)</sup>.

No mais, o Rito Eclético Lusitano seguia, em geral, o que se praticava no Rito Francês. Também os artigos de tipo constitucional e regulamentar pouco traziam de novo <sup>(30)</sup>.

Para além da sua curiosidade nacionalista, este Rito não tinha quaisquer condições de se impor, nem a nível nacional nem muito menos a nível internacional. Não admira, pois, que tenha desaparecido sem deixar rasto, poucos anos após a sua efémera vigência em algumas lojas devido à vontade de um maçom prestigiado.

<sup>(25)</sup> Chamou-lhe, primeiro (1843), "Maçonaria Simbólica ou Egípcia" (*ibidem*, p. 276), terminologia modificada em 1853.

<sup>(26)</sup> Anteriormente, chamara-lhe simplesmente, "Maçonaria Mística" (*ibidem*, p. 276).

<sup>(27)</sup> Antes chamados, respectivamente, Pequeno Inspector e Grande Inspector (*ibidem*, p. 277).

<sup>(28)</sup> *Annues e Codigo dos Pedreiros Livres*, p. 78.

<sup>(29)</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>(30)</sup> *Annues e Codigo dos Pedreiros Livres*, pp. 79-114. O articulado da *Architectum Mysticu* era, no entanto, mais inovador, sobretudo no que respeitava à organização maçónica em Portugal (pp. 278-286).

## 6. O Rito de Adopção

Embora não haja notícias da existência de lojas femininas em Portugal anteriormente a 1864, logo em 1822 foi publicado o volumezinho, *Maçonaria/das/Senhoras,/ou a/ Verdadeira Maçonaria/de Adopção/ Precedida de algumas Reflexões sobre as Lojas/ irregulares, e sobre a Sociedade civil, com / Notas críticas, e Filosóficas/,* do francês Louis Guillemain de Saint Victor <sup>(31)</sup>, traduzido anonimamente para português <sup>(32)</sup>. Mais tarde, o tomo IV da *Bibliotheca Maçonnica* de Miguel António Dias, publicado em 1834, foi em parte consagrado ao Rito de Adopção <sup>(33)</sup>.

Os dois manuais divergiam profundamente, quer em texto quer nas próprias descrições — reflectindo diferenças de tradução e a irregularidade do próprio rito —, nem sequer coincidindo no número de graus propostos, que não iam além do 4º no ritual de 1822 — 1º Aprendiz; 2º, Companheira; 3º, Mestre; e 4º, Perfeita Maçona — prolongando-se pelo 5º, de Eleita Escocesa, no ritual de 1834. Não se terão praticado nunca em Portugal os graus superiores a este último.

### Conclusões

A existência e a adopção teóricas dos ritos não significavam necessariamente a sua aplicação prática. Para começar, muitas lojas, "não tendo rigorosamente seguido Rito algum especial, têm confundido muitos ritos diferentes" <sup>(34)</sup> o que se devia, quer à falta ou à escassa divulgação de manuais, quer à semelhança existente entre os vários ritos, mormente nos três primeiros graus, quer ainda ao desinteresse, ao nível de Obediência ou de oficina, pelo próprio ritual.

Em 1822, por exemplo, saiu a público um manual do Rito Adoniramita, que chegou a ser anunciado no *Diario do Governo* <sup>(35)</sup>. Era,

<sup>(31)</sup> Filadélfia, 1787.

<sup>(32)</sup> Lisboa, Officina de Simão Tadeu Ferreira, ano III da Liberdade (1822).

<sup>(33)</sup> Pp. 3-72.

<sup>(34)</sup> Miguel António Dias, *Architectura Mystica*, Prologo, nota 1.

<sup>(35)</sup> *Diario do Governo*, nº 217 (14.9.1822), Suplemento nº 50, p. [4]: "O tradutor da importante obra do 1º tomo do Compendio da Maçonaria Adonhiramita, que há pouco saiu à luz, a qual se vende na Praça do Rossio,

provavelmente, o *Cathecismo de Aprendiz do Rito Adonhiramita*, s.l., s.d.<sup>(36)</sup>, cujas divergências do Rito Francês seriam mínimas e que pode ter sido utilizado nas lojas. A preferência pelo Rito Francês, imposta pela Constituição maçónica, levou acaso ao abandono da iniciativa tradutora.

As influências francesa e brasileira na prática e teoria ritualistas parecem também claras, exercendo-se sobre a esmagadora maioria das lojas de quase todas as Obediências. Originalidade portuguesa praticamente não existiu, a não ser no caso esporádico da doutrinação de Miguel António Dias.

Por fim, releve-se a extensão e prolixidade de todos os rituais, cuja prática escrupulosa levaria a sessões de várias horas, equivalentes a espectáculos lúdicos de qualquer género. A participação em loja obedecia também à necessidade de ocupar o tempo, numa sociedade onde as distrações não abundavam e o convívio pessoal se impunha.

na Casa de Câmbio nº 61, desejando que chegue ao conhecimento de todos os de bom senso, diminuiu-a em preço, até para facilitar a sua pronta extracção e fazer a todos participantes dos luminosos e verdadeiros princípios que nele se compreendem. O seu preço de hoje em diante é de 360 réis."

<sup>(36)</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, II, coluna 1254.